

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**  
**1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESPAÇO DE UMA FORMAÇÃO  
DISCURSIVA PRÓPRIA DA ESCOLA?**

Adriana Fernandes

[adriana.oli@pop.com.br](mailto:adriana.oli@pop.com.br)

Mestranda

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Verli Petri

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**Apresentação**

Nas últimas décadas, as pesquisas quanto à Instituição escolar se desenvolveram consideravelmente. A Escola tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas e sob diferentes perspectivas. Pesquisas recentes sobre tal instituição têm levado em conta as práticas discursivas dos sujeitos que dela fazem parte. Dentro desses estudos, constituímos como objeto de análise o Projeto Político-pedagógico de uma escola da Rede Estadual de Ensino Fundamental em Santa Maria, tomado (o PPP) como um objeto discursivo utilizado na Instituição escolar.

Conforme o discurso oficial da Secretaria de Educação<sup>1</sup>, o Projeto Político-pedagógico deve ser o resultado da interação entre os objetivos e prioridades determinadas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade educacional.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Deve ser, antes de tudo, um trabalho que exija o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade como um todo. Essa prática de construção de um Projeto Político-pedagógico deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e deve supor o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Os envolvidos devem sentir-se atraídos por essa proposta, pois só assim terão uma postura comprometida e responsável. De acordo com esse discurso oficial, trata-se, portanto, “da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia”. Mas será que tal autonomia é realmente alcançada? Como um discurso oficial (discurso dominante) repercute na prática social da construção do PPP? Esta é uma das questões norteadoras do presente estudo.

O que pretendemos é investigar a construção lingüístico-discursiva do PPP da escola em questão, enquanto materialidade constitutiva do discurso escolar, com o propósito de compreender o funcionamento do discurso pedagógico, nesse espaço (do PPP), que se inscreve, prioritariamente, em uma formação discursiva que representa os interesses do Estado (Brasil), ou seja, representa uma ideologia dominante.

Para compreender ditos e também não-ditos (o que é silenciado) no PPP, faz-se necessário contextualizar a situação atual vivida pelo magistério como categoria profissional. Para isso, é importante apresentar uma visão panorâmica da educação na sociedade contemporânea.

Há um discurso recorrente de que a educação formal vem sofrendo uma forte decadência. A educação pública brasileira vem sendo avaliada constantemente e a divulgação de resultados dessa avaliação (Enem, Enade, etc.) ratifica esse discurso, uma vez que os alunos brasileiros têm demonstrado muitas dificuldades em avaliações que abordam conhecimentos nas diversas áreas de ensino.

A argumentação dominante para esse quadro é que, por um lado, a baixa qualidade da educação pública é também responsável pelo baixo crescimento econômico brasileiro, pela dificuldade de ‘progresso’ em virtude da falta de qualificação dos trabalhadores; por outro, numa análise mais interna, o sistema educacional é um setor problemático por não ter se adequadado à atualidade.

Nessa direção, é imprescindível que a educação não seja analisada como um elemento isolado na sociedade. Ela é realmente problemática, mas em decorrência da falta de políticas que a privilegiem em relação a outras áreas.

A sociedade, em geral, insiste na repetição do discurso de que é a escola que não prepara para o mercado de trabalho, que não ensina a ler e a escrever, que não consegue manter o aluno na sala de aula.

É importante esclarecer que aqui quando falamos em escola estamos nos referindo à escola pública, uma vez que a escola privada continua a oferecer “ensino de qualidade” aos poucos

privilegiados, ou seja, ela reproduz as relações sociais e atitudes necessárias para sustentar os padrões existentes de desigualdades sociais<sup>2</sup>.

As pressões para que a escola se ajuste às mudanças em curso estão trazendo muitas implicações para a construção de seu PPP, uma vez que este nem sempre representa o que ela realmente é, ou seja, o que a caracteriza e orienta sua ação educativa. O PPP deveria, de fato, mostrar a escola com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa perspectiva, ao se colocar como espaço de construção coletiva, esse documento deveria direcionar sua constituição com o intuito de consolidar e cumprir o seu papel na socialização do conhecimento expressando, assim, qual o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

Para realizar esta análise, partiremos do objeto teórico da AD, a saber: o discurso; este é concebido de diversas formas, sob diferentes enfoques e em diferentes domínios do conhecimento. Tal objeto teórico se produz socialmente através de sua materialidade específica, a língua. Esse objeto é caracterizado como prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos.

Dessa forma, queremos analisar como esse recorte discursivo (do Projeto Político-pedagógico) se inscreve na formação discursiva própria da escola e que elementos são utilizados para a constituição de um discurso pedagógico a partir do discurso oficial da Lei de Diretrizes e Bases (doravante LDB).

O Projeto Político-pedagógico é um documento produzido pela escola utilizado para estabelecer as ações necessárias à construção do sistema educacional. Teoricamente, deve constituir-se de uma formação discursiva<sup>3</sup> de responsabilidade da própria Instituição escolar.

Conforme alguns profissionais da educação, o PPP é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades:

- supõe reflexão e discussão crítica sobre os problemas da sociedade e da educação para encontrar as possibilidades de intervenção na realidade;
- exige e articula a participação de todos os sujeitos do processo educativo: professores, funcionários, pais, alunos e outros para construir uma visão global da realidade e dos compromissos coletivos;
- alicerça o trabalho pedagógico escolar enquanto processo de construção contínua: “nunca é pronto e acabado”;
- fundamenta as transformações internas da organização escolar e explicita suas relações com as transformações mais amplas (econômica, social, política, educacional e cultural);
- é o anúncio do devir, do que foi sonhado coletivamente e que pode passar do sonho à ação.

---

<sup>2</sup> Sobre esse assunto, ver tese de doutorado de Adriane Teresinha Sartori. (Os professores e sua escrita: o gênero discursivo “Memorial de Formação”, Unicamp/IEL2008).

<sup>3</sup> FD entendida como a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito.

- busca a transformação da realidade social, econômica, política, assim como a **autonomia** da escola (grifo nosso);

As representações sociais dos professores sobre a autonomia ancoram-se na redefinição das determinações da Secretaria de Educação. A escola autônoma é representada como aquela em que há a participação da comunidade escolar em sua gestão e na construção de sua identidade, não obstante a existência de um eixo central que norteia o fazer pedagógico das escolas públicas, que é a Secretaria de Educação. Por fim, a relação entre a autonomia da escola e o seu PPP está na construção identitária da escola e na participação do coletivo, como elemento constitutivo da autonomia, na elaboração de seu projeto.

A autonomia é representada como a liberdade com respeito à hierarquia, ao passo que a relação dela com o projeto político-pedagógico é uma possibilidade de pôr as idéias do coletivo em prática. No entanto, a liberdade apresenta vertentes diferenciadas: ora ela é da direção, ora ela é da escola.

Ao lermos, tanto o Projeto Político-pedagógico dessa escola como o de outras<sup>4</sup>, pudemos observar que a maioria defende um discurso pró-cidadania, pró-formação de jovens e adultos críticos construtores da sua história, um discurso oficial da inclusão na escola pública, etc. Essa observação é suficiente para constatar que o discurso do PPP, de uma maneira geral, vai na direção de discursos que já circulam no meio acadêmico, na Secretaria de Educação, MEC, nos documentos oficiais, entre outros.

Além disso, comparando tais documentos, estes indicam que a participação coletiva na elaboração do PPP é pouca, uma vez que essa participação se resume, na maioria das vezes, à concordância com o que está previamente definido pela direção que, por sua vez, atende às exigências da LDB. Portanto, podemos considerar que esta participação é limitada e, de certa forma, imposta à comunidade para atender a um requisito burocrático. Isso demonstra claramente como uma medida política do Estado pode traçar caminhos diferenciados, reforçando o fato de que a implantação de políticas que visem à construção da autonomia não garante, por si só, que ela seja alcançada. Não existe, assim, uma autonomia efetiva, mas uma construção social pela interação dos sujeitos que fazem a escola.

Ao analisarmos o PPP, percebemos muitas marcas de um discurso pedagógico que se constrói no interior desse espaço. Nossa proposta é compreender os enunciados que compõem nosso *corpus* de estudo, na inteireza e na singularidade de seu acontecimento, estabelecendo correlações com outros enunciados.

No gesto interpretativo do *corpus* em análise, o que se observa é um processo de identificação do discurso do PPP com o discurso oficial do Estado (Secretaria de Educação). No interior da formação discursiva em que os dois discursos se inscrevem são estabelecidas relações de identificação dos sujeitos, ou seja, a Escola, através de seu PPP, procura tornar claro o que o documento oficial

---

<sup>4</sup> Tivemos a oportunidade de ler o PPP de outras escolas do Ensino Fundamental de Santa Maria e de algumas da cidade do Rio de Janeiro (uma escola municipal e duas estaduais) e de São Paulo (uma escola da capital).

prescreve e, ao mesmo tempo, torna mais específico este discurso através do esquema: como o ensino deve proceder.

Ao retomarmos um dos questionamentos norteadores desse trabalho: o PPP é (realmente) um espaço de formação discursiva própria da escola?, chegamos à conclusão que a resposta é não. Isso porque as marcas discursivas contidas no PPP recuperam um dizer já estabelecido pelo discurso oficial, possibilitando uma reformulação do mesmo enunciado, mas sem abrir espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a impossibilidade do diferente reproduz, na verdade, uma formação discursiva dominante.

É através das marcas lexicais de um discurso pedagógico, que o Projeto Político-pedagógico se assume como “porta-voz” do Estado (MEC, LDB, etc.), produzindo um discurso destinado à Instituição escolar. Como exemplo disso, faremos um recorte de algumas escolhas lexicais contidas no documento oficial da LDB, o qual assegura o PPP. Neste recorte, o que podemos perceber é que tais escolhas, principalmente no que diz respeito aos verbos, se revestem de uma certa autoridade, uma vez que se apresentam, em sua maioria, no imperativo: “deve ser”; “terão de”; “incumbir-se-ão”, etc.

O recorte acima é representativo do processo de uma formação dominante em que a instituição escolar se inscreve. Em outras palavras, trata-se de uma política educacional para regular as escolas.

Diante do que foi exposto, este trabalho pretende contribuir para as reflexões acerca do sistema educacional público brasileiro dentro de uma perspectiva teórica instaurada pela Análise do Discurso (doravante AD). Visamos, a partir da análise do PPP de uma escola pública de Santa Maria (RS), conhecer as concepções de ensino vigentes nesse documento, bem como as imagens de professor e aluno construídas pelos discursos que os atravessam.

Entendendo que o aparato teórico da AD tem proporcionado reflexões produtivas a pesquisadores e professores que lidam com ele nos vários níveis de ensino é que nos lançamos no presente trabalho a investigar o próprio discurso pedagógico.

## **Referências bibliográficas**

ANGELO, G. L. 2005. *Revisitando o ensino tradicional de Língua Portuguesa*. Tese (Doutorado em Ensino/Aprendizagem de língua materna) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 261p.

BATISTA, A. A. G. 2004. *O texto escolar: uma história*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, p. 9-68.

BRASIL. LDB/Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, 1999.

CEGALLA, D. P. 1967. *Português*. 4ª série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 293 p.

ORLANDI, E. P. 1996. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 150p.

ORLANDI, E. P. 1997. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 184p.

ORLANDI, E. P. 2005. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6ª edição. São Paulo: Pontes, 100p.

ORLANDI, E. P. 2003. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed., 3ª reimpressão – Campinas, SP: Pontes, 276p.

PÊCHEUX, M. 1995. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª edição. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. 1993 *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Unicamp.

PÊCHEUX, M. 2006. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 70p.

SARTORI, A.T. *Os professores e sua escrita: o gênero discursivo “Memorial de Formação”*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Unicamp/ IEL 2008).